

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Brasiliense Class.: 812

Data 30 de Junho de 1980 Pg.: _____

CNBB e CIMI estão juntos na defesa dos indígenas

Em comunicado à imprensa contendo uma série de denúncias, em meio a uma análise da situação dos povos indígenas, no momento em que o Papa João Paulo II chega ao País, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Conselho Indigenista Missionário posicionaram-se ontem em conjunto a favor dos índios, manifestando que seu destino "preocupa vastos setores da opinião pública, particularmente neste momento quando, além da dramática luta em defesa da terra, os índios exigem a demissão dos diretores do órgão oficial encarregado de elaborar e executar a política indigenista - a Funai (Fundação Nacional do Índio)".

Em entrevista coletiva no Centro de Convenções, o presidente, Dom Ivo Lorscheiter, e o vice-presidente da CNBB, Dom Clemente Isnard, reafirmaram que a visita do Papa à sede da CNBB significa "um reforço ao trabalho dos bispos". Isso não aconteceria se ele pretendesse apenas avistar-se com os Bispos, o que fará formalmente em Fortaleza.

Eis os principais trechos do comunicado sobre os índios:

INTRODUÇÃO

Na data em que o Papa João Paulo II chega ao território brasileiro, a situação dos povos indígenas é tema de uma discussão nacional. O destino das Nações Indígenas preocupa vastos setores da opinião pública, particularmente neste momento quando, além da dramática luta em defesa da terra, os índios exigem a demissão dos diretores do órgão oficial encarregado de elaborar e executar a política indigenista - a FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

SITUAÇÃO

O Papa João Paulo II encontra uma população de 210.360 índios, falando 155 idiomas diferentes, perdida entre a população estimada de 120 milhões de brasileiros.

Esta população, inferior a 0,1% do conjunto demográfico do País, é o que resta dos 6 milhões encontrados aqui pelos portugueses há 480 anos. Grande parte dessa população foi destruída por uma guerra de extermínio que só neste século liquidou fisicamente com mais de 800 mil índios e fez desaparecer quase 90 nações diferentes.

Na última década, as nações indígenas no Brasil sentiram aumentar assustadoramente o avanço das chamadas frentes de penetração - nas quais se encontra um grande número de empresas multinacionais como a Volkswagen, Nixdorf, Mineração Badin, Swift, Aracruz Celuloses, Jari Florestal, Brascan - por meio das rodovias e projetos agropecuários e de colonização financiados pelo capital financeiro internacional através do Governo Militar.

Hoje, o Povo Nambikuara, um grupo indígena que habita desde tempos imemoriais o Vale do Guaporé, no Nordeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia, se vê ameaçado pela alteração do traçado da Rodovia BR-364 que liga Cuiabá a Porto Velho. Esta rodovia, construída no final da década de 50, será asfaltada com financiamento do Banco Mundial e seu novo curso atravessa as aldeias Nambikuara, obedecendo aos interesses de grandes proprietários de terra invasores do território indígena.

Os Nambikuara já conhecem os efeitos de uma estrada atravessando seu território. Quando a BR-364 foi construída encontrou 10 mil indivíduos, hoje, os Nambikuara somados não chegam a 500.

As rodovias trazem consigo uma esteira de misérias e doenças que atingem brutalmente os povos indígenas, provocando não raro a extinção de vários deles, como a Transamazônica, construída pelo governo do General Garrastazu Médici que dizimou cerca de 30 grupos na sua passagem.

Dentro dessa lógica, é fácil prever o destino dos 400 índios do Coxodó.



contatados recentemente no dia 8 de maio na região do médio Rio Purus, no Estado do Amazonas, próximo à cidade de Lábrea.

Para executar a política indigenista oficial, elaborada pelo Ministério do Interior, o Governo brasileiro criou a Fundação Nacional do Índio (Funai) a 5/12/62.

A Funai veio suceder o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910 pelo general Rondon. Ao fim de meio século de atuação, o SPI afastou-se tanto de sua prática dos primeiros anos, absorvido por problemas internos e envolvido em denúncias de corrupção, que o Governo se viu forçado a extingui-lo.

A Funai se define legalmente como o organismo encarregado de exercer a "tutela" sobre os povos indígenas. Pelas leis brasileiras, o índio é considerado como "relativamente incapaz" - uma situação semelhante à dos menores de idade - cabendo ao poder público responder por ele.

Desta forma, os povos indígenas não são sequer considerados donos de sua terra. Ela é propriedade da União, já que a legislação brasileira não prevê a propriedade coletiva, cabendo aos índios apenas o usufruto e a posse da terra e assim mesmo precariamente, porque a qualquer momento podem ser despejados e transferidos, bastando para tal que o Estado brasileiro - e isto ocorre com certa frequência - considere as terras indígenas como:

- a) - de segurança nacional;
- b) - para realizar obras de desenvolvimento nacional;
- c) - para explorar as riquezas do subsolo no interesse da "Segurança Nacional" e do "desenvolvimento nacional".

A Funai exerce a política indigenista do Governo brasileiro encabeçada no mesmo ministério encarregado dos projetos de desenvolvimento e expansão da fronteira econômica para o interior do País. Isto significa que a Funai atua ao lado de órgãos como a Sudam, Sudene, Sudeco, Sudesul, financiadoras dos projetos agropecuários, de mineração, madeireiros, que atraem sobre as áreas indígenas o interesse dos grupos econômicos nacionais e multinacionais, peça fundamental do modelo econômico exportador do governo militar brasileiro.

Deste fato resulta que, na prática, a Funai acaba por se tornar um apêndice da política de expansão das grandes empresas no campo, chegando ao ponto de fornecer aos grandes investidores certidões negativas de presença de índios em áreas comprovadamente habitadas por eles.

Uma das formas de luta encontrada pelos povos indígenas tem sido a realização de assembleias indígenas que reúnem pela primeira vez na História contemporânea do Brasil lideranças de diversas nações indígenas para discutirem seus problemas mais sentidos. Estas assembleias são estimuladas pelo CIMI e pelas entidades de apoio à causa indígena.

Neste momento - nos dias 26-27-28 e 29 de junho - realizou-se a 14ª Assembleia a nível nacional, além de dezenas de encontros de lideranças a nível regional, realizados nos últimos anos. Essas assembleias têm representado um passo importante no sentido dos povos indígenas partirem para organizações do tipo de Federações ou Unídes que congreguem diferentes povos em torno de objetivos comuns.